

Lei Nº 1067 / 2011

Araguatins/TO, 23 de dezembro de 2011.

"Dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo do Município de Araguatins e adota outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUATINS

Faço saber que a Câmara Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 1º O Poder Executivo do Município de Araguatins conta com a seguinte estrutura básica:

I – na Administração Direta:

- a) para o auxílio direto e pessoal do Chefe do Poder Executivo, o Gabinete do Prefeito:
 - b) para as atividades-fim:
 - 1. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento;
 - 2. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
 - 3. Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
 - 4. Secretaria Municipal de Infraestrutura;
 - 5. Secretaria Municipal de Juventude e Esporte;

Turismo:

- 7. Secretaria Municipal de Saúde;
- c) para as atividades-meio:
- Secretaria Municipal de Administração;
- 2. Secretaria Municipal de Finanças;

II - na Administração Indireta:

6. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins nos termos do art. 92, do registro e dos atos administrativos da Lei Organica Municipal, que o presente Decreto foi publicada no quadro de aviso da Prefeitura em 26, de

armem Barreto E-mail: prefaraguatins@hotmailleom



- 1. Hospital Municipal de Araguatins HMA;
- 2. Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Araguatins FUNPREV;
 - 3. Serviço Municipal de Saneamento de Araguatins SEMUSA;
 - 4. Superintendência Municipal de Trânsito;

III – na desconcentração territorial:

- 1. Administração Distrital da Vila Falcão;
- 2. Administração Distrital de Araguanópolis;
- 3. Administração Distrital de Macaúba;
- 4. Administração Distrital de Natal;

IV – na cooperação e no assessoramento colegiado:

- 1. Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima de Araguatins;
 - 2. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional CONSEA;
- 3. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
 - 4. Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
 - 5. Conselho Municipal de Assistência Social;
 - 6. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
 - 7. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
 - 8. Conselho Municipal de Educação;
 - 9. Conselho Municipal de Política Sobre Drogas CMPSD;
 - 10. Conselho Municipal de Relações do Trabalho;
 - 11. Conselho Municipal de Saúde;
 - 12. Conselho Municipal de Turismo;
 - 13. Conselho Municipal do Esporte;
 - 14. Conselho Municipal do Idoso CMI;
- 15. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONDICA;
 - 16. Conselho Municipal dos Direitos da Mulher CMDM;
 - 17. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
 - 18. Conselho Tutelar.

CAPÍTULO II DO PREFEITO

Art. 2º Vinculam-se ao Prefeito:

I – por linha de autoridade integral, os órgãos da Administração Direta;

E-mail: prefaraguatins@hotmail.com

Praça Ancelmo Ferreira Guimarães s/nº, Centro, ARAGUATINS-TO. CNPJ № 01.237.403/0001-11

WS .



- II por linha de coordenação e controle, os órgãos da Administração
 Indireta e da desconcentração territorial;
 - III por linha de cooperação e assessoramento, os Conselhos.
- Art. 3º Incumbe ao Prefeito harmonizar os trabalhos dos órgãos de que trata esta Lei, com vistas à plena operacionalização, segundo as diretrizes de políticas adotadas em benefício da comunidade.

Art. 4º É o Prefeito autorizado a:

- I instituir programas especiais de trabalho com objetivos específicos, os quais não estejam incluídos nas competências dos órgãos de que trata esta Lei;
- II transpor, entre os órgãos de que trata esta Lei, competências, funções, cargos e servidores públicos;
 - III alterar denominação e vinculação desses mesmos órgãos;
- IV estabelecer sistemas de centralização para aquisição de material, pagamento, patrimônio, pessoal, controle interno, protocolo, arrecadação, cadastro, convênios e demais atos convenientes ao bom e pleno andamento da gestão;
- V delegar competência aos dirigentes de nível superior para proferir despachos decisórios, podendo, a qualquer momento, avocar para si a competência delegada.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

- Art. 5º São competências gerais dos órgãos da Administração Direta e Indireta, de desconcentração territorial e de cooperação e assessoria colegiada:
- I oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação governamental;
- II garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas
 pelo Governo Municipal para a sua área de competência;
- III assegurar ao Prefeito o apoio necessário para o desempenho das funções e, em especial, atestar condições favoráveis para tomada de decisão e o controle da Administração Municipal;

E-mail: prefaraguatins@hotmail.com Praça Ancelmo Ferreira Guimarães s/nº, Centro, ARAGUATINS-TO. CNPJ Nº 01.237.403/0001-11

THE



- IV coordenar, integrando esforços, os profissionais com os recursos financeiros e materiais colocados à disposição, de modo a garantir o apoio necessário à realização das atribuições;
- V participar da elaboração do orçamento municipal e conferir a execução;
- VI elaborar os regimentos internos próprios, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração, contendo regras de funcionamento e distribuição interna das competências, e submetê-los à aprovação por decreto do Prefeito.
- **Art. 6º** Os assuntos que constituem áreas de competência específicas a cada órgão da Administração Direta são os seguintes:

I – Gabinete do Prefeito:

- assistir direta e imediatamente o Prefeito e, em especial, supervisionar a execução de suas ordens e decisões;
- 2. recepcionar, selecionar e avaliar os expedientes encaminhados ao Prefeito, bem assim acompanhar a tramitação destes;
 - 3. gerir a administração e as finanças da sede da Prefeitura;
 - 4. acompanhar:
- 4.1. os assuntos administrativos em matérias relacionadas aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e às instituições vinculadas ou conveniadas;
 - 4.2. a execução das políticas de Governo;
- 5. executar e coordenar as atividades de relações públicas e cerimonial com autoridades e sociedade;
- 6. apoiar as ações de Governo com os empresários e com o público, juntamente com as Secretarias afins;
- 7. organizar a agenda, as viagens, os deslocamentos e o transporte do Prefeito;
 - 8. gerenciar o banco de dados do Prefeito;



- 9. prestar apoio logístico e operacional ao Vice-prefeito no desempenho das atribuições que lhe forem cometidas pelo Prefeito;
- prestar os serviços jurídicos internos e externos, judiciais e extrajudiciais;
- 11. verificar previamente a constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos governamentais;
- 12. elaborar os projetos de lei e acompanhar os atos do processo legislativo;
 - 13. encaminhar mensagens governamentais ao Legislativo;
- 14. acompanhar a tramitação de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;
 - 15. fazer publicar as leis editadas e os atos do Poder Executivo;
 - 16. controlar e arquivar em meios físicos e eletrônicos os atos do Prefeito;
 - 17. acompanhar as medidas de segurança tomadas em referência:
 - 17.1. ao Prefeito, ao Vice-prefeito e respectivos familiares;
 - 17.2. a autoridades ou personalidades;
 - 17.3. à sede da Prefeitura;
- 18. coordenar as atividades de inteligência e segurança das comunicações;
 - 19. controlar e inspecionar os meios de transporte do Prefeito;
- 20. estabelecer as diretrizes de política e de trabalho em referência às ações de defesa civil;
- 21. subsidiar o Prefeito quanto aos assuntos e providências atinentes à defesa do patrimônio público no âmbito do Poder Executivo;
- 22. supervisionar o Sistema de Controle Interno do Executivo Municipal, no sentido de:



- 22.1. acompanhar, fiscalizar e avaliar as gestões orçamentária, operacional, financeira, patrimonial, contábil e de pessoal dos órgãos;
 - 22.2. acompanhar a execução físico-financeira dos programas de governo;
- 23. expedir normas complementares compatíveis com os serviços de controladoria;
- 24. analisar, quanto a aspectos legais, formais e de cumprimento, os procedimentos de tomada e prestação de contas, contratos, convênios, acordos e ajustes;
- 25. desenvolver atividades complementares à ação do Tribunal de Contas no âmbito do Poder Executivo;
- 26. propor aos gestores das unidades administrativas as medidas de saneamento das irregularidades detectadas;
 - 27. recomendar ao Prefeito:
- 27.1. a auditoria nos órgãos que não obtiverem saneamento em nível local;
- 27.2. as diretrizes, os programas e as ações que tornem eficientes os procedimentos de execução da despesa e austeridade na gestão dos recursos públicos;
 - 28. realizar os serviços próprios de Junta de Serviço Militar;
 - 29. promover licitação e contratação de obras e serviços públicos;
 - 30. adquirir bens e serviços;
- 31. implementar as políticas de habitação e de pesquisas tecnológicas concernentes à habitação popular;
- 32. implantar e monitorar os indicadores do déficit habitacional do Município em conformidade com acordos e agendas nacionais, internacionais e estrangeiros;
- 33. gerir o patrimônio imobiliário urbano pertencente ao Município, com vistas ao microparcelamento e à urbanização;



- 34. promover ações sociais e de organização geográfica para a regularização fundiária e inclusão de assentamentos precários à cidade legal;
- 35. articular com órgãos e entidades, públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, para fomentar:
- 35.1. as iniciativas que tenham por finalidade o aprimoramento tecnológico da habitação popular e a redução de seus custos;
- 35.2. as atividades de engenharia pública que tenham por finalidade a melhoria tecnológica, a segurança da habitação popular e as condições de urbanização de aglomerados onde habitam famílias de baixa renda;
- 36. desenvolver e executar projetos e empreendimentos habitacionais, inclusive no meio rural;
- 37. formar parcerias a fim de atender às necessidades de habitação de grupos sociais específicos que tenham no associativismo modalidade de aquisição da casa própria;
- 38. organizar bancos de dados sobre habitação, materiais de construção e serviços especializados e gerenciar geograficamente o patrimônio imobiliário do Município;
- 39. celebrar convênios e contratos com institutos de pesquisa, universidades, empresas de construção civil, outras instituições de ensino superior e organizações sociais, relativos à habitação;
 - 40. na área habitacional, captar recursos e requisitar desapropriações;
 - 41. criar e implantar programas de:
- 41.1. moradia, com a finalidade de integrá-los às diretrizes de desenvolvimento econômico do Município;
- 41.2. reforma, ampliação e construção de unidades habitacionais, por meio de financiamentos, alienações, autogestão e outros mecanismos que envolvam a comunidade;
- 42. articular, promover e divulgar as ações de governo, inclusive por meio de redes de rádio e televisão;
- 43. assessorar o Prefeito no seu relacionamento com a imprensa e com a comunidade;

E-mail: prefaraguatins@hotmail.com Praça Ancelmo Ferreira Guimarães s/nº, Centro, ARAGUATINS-TO. CNPJ Nº 01.237.403/0001-11

MS



- 44. prestar permanentemente informações ao Prefeito acerca da opinião pública sobre as atividades do Governo;
- 45. coordenar, supervisionar e controlar a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo;
- 46. compor *clippings* da imprensa municipal, estadual, nacional e internacional, especializada em matérias políticas, econômicas, sociais e culturais do interesse das relações internas e externas do Município;
 - 47. planejar e executar a política de comunicação social do Município;
- 48. implementar as atividades governamentais relacionadas aos serviços de divulgação jornalística das campanhas institucionais do Governo;
 - 49. criar e supervisionar o conteúdo de websites do Governo;
 - II Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento:
- 1. no que couber ao Município, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais relativas:
- 1.1. ao fomento das atividades e das pesquisas de agricultura, pecuária, silvicultura, apicultura, aquicultura, fruticultura e abastecimento, abrangendo a experimentação, produção, armazenagem e comercialização de produtos;
 - 1.2. à vigilância e à defesa sanitária animal e vegetal;
- 1.3. à padronização e à inspeção de produtos vegetais e animais e dos insumos agropecuários;
 - 1.4. ao cooperativismo e ao associativismo rural;
 - 1.5. à assistência técnica e à extensão rural;
 - 1.6. ao apoio a empresário e investidor rural;
 - 1.7. aos assuntos fundiários do Município;
 - 2. realizar o acompanhamento meteorológico e climatológico;
- captar e difundir tecnologias nas áreas da agropecuária e do armazenamento;



- 4. primar pela boa qualidade dos produtos agropecuários;
- 5. prestar ao público informações agrícolas:
- 6. incentivar o aproveitamento hidroagrícola;
- 7. auxiliar a classificação, inspeção e fiscalização ou, quando puder, realizá-los diretamente:
 - 7.1. insumos utilizados nas atividades agropecuárias;
 - 7.2. prestação de serviços no setor;
 - 7.3. produtos e derivados animais e vegetais;
- 8. contribuir para a proteção, conservação e realização do manejo do solo, com vistas ao melhoramento dos processos produtivos agrícola e pecuário;
 - 9. incentivar políticas de municipalização do planejamento agropecuário;
- 10. fomentar a produção e a comercialização de produtos típicos do Município, relacionados à agricultura;
- 11. formular, coordenar e implementar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio e da agricultura familiar;
- 12. coordenar e executar diretamente, supletivamente ou em cooperação com outras instituições públicas e privadas, as políticas de desenvolvimento sustentável para a produção de bens e serviços relativos às áreas de atuação do órgão;
- 13. acompanhar e promover no Município o atendimento às políticas agrícolas dos Governos Federal e Estadual;
- 14. promover e coordenar ações relacionadas à conservação do solo e da água;
 - 15. promover e incentivar, com vistas ao desenvolvimento do agronegócio:
 - 15.1. estudos socioeconômicos e ambientais;
 - 15.2. pesquisas e experimentações:

E-mail: prefaraguatins@hotmail.com



- 16. realizar análise de conjunturas econômicas do agronegócio no Município, organizar e manter atualizado um banco de dados do setor;
 - 17. incentivar a modernização do setor rural;
 - 18. promover a socialização de conhecimentos técnicos no meio rural;
- 19. trabalhar em conjunto a fim de serem definidas diretrizes para o desenvolvimento de atividades regulatórias e o exercício da fiscalização do cumprimento de normas de produção, controle de qualidade e classificação de produtos de origem vegetal e animal;
- 20. manter intercâmbio com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras, a fim de obter cooperação técnica e financeira, objetivando o desenvolvimento sustentável da atividade rural;
- 21. promover, coordenar, supervisionar e disciplinar projetos, programas e ações que propiciem o desenvolvimento florestal, como instrumento agrícola;
- 22. realizar o Zoneamento Agrícola do Município, contemplando todas as atividades do meio rural, com base na análise de dados agroclimáticos, agroecológicos, agropedoclimáticos, edafoclimáticos, socioeconômicos e ambientais do setor rural;
- 23. trabalhar para a efetivação de uma política municipal de irrigação, em conjunto com órgãos que desenvolvam atividades correlacionadas;
- 24. fomentar as atividades de planejamento, projeto, execução e acompanhamento da Agricultura Familiar;

III - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

- 1. formular, coordenar e executar as políticas públicas referentes à promoção do trabalhador e à geração de emprego e renda, em articulação com órgãos e entidades da administração federal, estadual e não governamental;
 - 2. acompanhar e avaliar as relações sindicais e do trabalho;
 - 3. promover a segurança, a higiene e a saúde no trabalho;
- 4. primar pela qualidade, capacitação, desenvolvimento e valorização da mão-de-obra;

E-mail: prefaraguatins@hotmail.com Praça Ancelmo Ferreira Guimarães s/nº, Centro, ARAGUATINS-TO. CNPJ Nº 01.237.403/0001-11

3/0001-11



- coordenar, acompanhar, executar e avaliar as políticas de assistência social;
- 6. contribuir para elevação do bem-estar social a fim de reduzir a pobreza, a exclusão e a desigualdade sociais;
- 7. atuar como agente de integração, identificando às instituições de ensino as oportunidades de estágios em órgãos públicos e privados para adolescentes, alunos de escola pública e advindos de programas sociais;
- 8. prestar assistência pessoal e a grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade;
- 9. desenvolver programas voltados ao atendimento dos grupos de pessoas em situação de risco e dos menos favorecidos, com ênfase na segurança alimentar e vigilância nutricional;
- 10. realizar e disponibilizar estudos e pesquisas no âmbito das políticas sociais;
- 11. assistir e apoiar a iniciativa da comunidade nas áreas de desenvolvimento e assistência social;
- 12. desenvolver as atividades de amparo ao idoso, à criança, ao adolescente, à gestante e às pessoas carentes;
- 13. elaborar e executar programas voltados para trabalhos manuais produtivos;
- incentivar e assistir cursos variados e compatíveis com diversas faixas etárias;
- 15. desenvolver atividades de integração com os demais órgãos do Município para suas finalidades;

IV – Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- 1. desenvolver as políticas de educação do Município;
- 2. gerir o ensino oferecido pelo e no Município de Araguatins;
- 3. assistir e apoiar o educando;

1.405/00/21/



- 4. coordenar, planejar, organizar, dirigir, executar, controlar e avaliar as atividades do Sistema Municipal de Educação;
- 5. cumprir as determinações do Ministério e da Secretaria da Educação e as decisões dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, em matérias da competência destes órgãos;
 - 6. cumprir e fazer cumprir as normas federais e estaduais de educação;
- 7. manter intercâmbio com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras, a fim de obter cooperação técnica e financeira para modernizar e expandir a Educação;
 - 8. verificar diretamente ou auxiliar a:
- 8.1. autorização para funcionamento e reconhecimento de instituições dos ensinos público e particular, avaliando-se-lhes a qualidade;
- 8.2. instituição de normas para autorizar o funcionamento, o reconhecimento e a inspeção de unidade de ensino de educação fundamental e média sob a sua jurisdição;
- 8.3. edição de normas para renovação periódica do reconhecimento concedido a unidade de ensino;
- 8.4. fixação de critérios e normas para a elaboração e aprovação dos regimentos das instituições de ensino;
- 9. manter intercâmbio com os Conselhos Nacional e Estadual de Educação;
- 10. interpretar, no âmbito de sua jurisdição, as disposições legais que fixem diretrizes e bases da educação;
- 11. articular-se com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais com vistas a assegurar a coordenação, a divulgação e a execução de planos e programas educacionais;
 - 12. atualizar o planejamento estratégico;



- 13. propor em lei a instituição do Plano Municipal de Educação, adequando-o aos Planos Estadual e Nacional de Educação;
- 14. executar as atividades de planejamento, projetos, execução e o acompanhamento pedagógico;
- 15. supervisionar, controlar, planejar e executar as ações municipais de incentivo e fomento às práticas culturais, desportivas e de lazer;
 - 16. desenvolver atividades:
- 16.1. que venham despertar interesse da comunidade à leitura, círculos de debates e promoção de eventos culturais;
 - 16.2. voltadas para a arte e cultura;
 - 16.3. de planejamento, execução e acompanhamento pedagógico;
- 17. planejar, elaborar, desenvolver e supervisionar os programas de educação do Município nos diversos níveis;
- 18. coordenar, supervisionar, controlar e fiscalizar as atividades nas escolas municipais;
- 19. prover as unidades escolares municipais de materiais didáticos, pedagógicos e de consumo necessários à plena atuação;
 - 20. controlar e supervisionar as atividades de merenda escolar;
 - 21. promover a socialização e a formação do cidadão;
- 22. controlar, supervisionar e manter em ordem a biblioteca pública municipal;

V – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

- 1. administrar, executar, manter e fiscalizar obras públicas de infraestrutura, sistemas viários, saneamento e recursos hídricos;
 - 2. promover licitação e contratação de obras e serviços públicos;
- 3. fiscalizar, supervisionar, acompanhar, avaliar, controlar e receber obras e serviços de engenharia;



- 4. gerenciar os transportes intermodais de competência do Município;
- 5. elaborar estudos e projetos técnicos para a construção, conservação, ampliação e recuperação de próprios públicos, nos termos propostos pelos órgãos interessados, e executá-los;
- 6. promover a execução de obras e serviços de engenharia decorrentes de acordos e convênios;
- 7. identificar modelos de financiamento que assegurem, basicamente, recursos para manutenção e operação de infraestrutura geral;
- 8. consolidar mecanismos de articulação institucional das esferas de governo, com vistas à:
 - 8.1. integração do planejamento e da gestão;
- 8.2. viabilização de projetos na área de logística de infraestrutura geral de interesse estratégico para o Município;
 - 9. celebrar convênios e parcerias para a execução de obras públicas;
- 10. manter, recuperar e construir estradas vicinais, pontes e a malha viária do Município;
- 11. controlar, guardar, conservar e executar a manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município;
- 12. construir, pavimentar, organizar e conservar as vias públicas, galerias de águas pluviais e rede de esgoto;
 - 13. disciplinar as construções e edificações;

VI – Secretaria Municipal de Juventude e Esporte:

- 1. planejar, coordenar e executar as políticas públicas municipais de esporte e lazer e de promoção do protagonismo juvenil;
- 2. promover o esporte socioeducativo como meio de inclusão, bem ainda ações que visem a estimular o surgimento e o desenvolvimento de lideranças jovens e de vocações esportivas;
- 3. promover ações que visem à preservação e à recuperação da memória esportiva e da juventude no Município;



- 4. estabelecer parcerias para captar recursos, promover e executar programas, ações e projetos que:
- 4.1. objetivem a melhoria da qualidade de vida dos jovens, em especial das comunidades tradicionais e do meio rural, a fim de estimular a cidadania e a participação social;
- 4.2. incentivem a permanência de adolescentes e jovens em instituições educacionais, a fim de erradicar o analfabetismo juvenil;
 - 4.3. fomentem a iniciação esportiva em todo o Município;
 - 4.4. garantam o acesso da população a atividades físicas;
 - 4.5. visem à concessão de incentivos fiscais;
- 5. criar mecanismos que aproximem o jovem do contexto científico e tecnológico;
- 6. estimular e incentivar os associativismos juvenil e estudantil, visando ao fortalecimento da educação não formal dos jovens;
- 7. apoiar o jovem por meio da implementação de medidas que propiciem a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho;
 - 8. estimular a parceria entre a iniciativa privada e as entidades esportivas;
 - 9. criar programas de combate à ociosidade por meio do esporte;
- 10. ampliar e apoiar a recuperação e a modernização das estruturas destinadas à prática de atividades físicas e de esportes, atendidos os objetivos dos programas governamentais e as demandas locais;
- 11. incentivar a capacitação dos profissionais das áreas técnicas e operacionais do setor esportivo;
- 12. fomentar a prática do desporto especial como forma de inclusão e participação;
- 13. organizar a participação do Município em eventos esportivos, regionais, nacionais e internacionais;



VII – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Turismo:

- 1. planejar, coordenar e acompanhar as políticas do Município para o meio ambiente, a preservação, a conservação e a utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas;
 - 2. propor diretrizes e articular ações destinadas a incentivar:
 - 2.1. a gestão integrada de resíduos sólidos na bacia hidrográfica urbana;
 - 2.2. o conhecimento sobre mudanças climáticas;
- 3. programar, implantar e coordenar a rede hidrometeorológica do Município, no que lhe competir, em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas que a integram e que dela sejam usuários;
- 4. desenvolver atividades informativas e educativas, visando à divulgação do conhecimento e a compreensão, pela sociedade, dos problemas ambientais, principalmente quanto à utilização e à preservação da água como recurso natural;
- 5. formular e coordenar ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de eventos hidrológicos críticos, em articulação com o órgão estadual de Defesa Civil;
- 6. coordenar as ações institucionais do setor público, com vistas ao incentivo do desenvolvimento da irrigação pública e privada;
- 7. promover a articulação com órgãos e entidades nacionais, internacionais e estrangeiros, com vistas à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais;
- 8. apoiar a organização associativa dos usuários de água, promovendolhes autonomia administrativa e operacional;
 - 9. formular as normas técnicas e legais e os padrões:
- 9.1. de proteção, conservação, prestação e recuperação do meio ambiente, atendidas as legislações vigentes;
- 9.2. que constituam a postura do Município no que se refere ao saneamento e aos serviços urbanos e rurais;

° 01.237.403/0001-11



- 10. praticar a ação fiscalizadora de observância das normas contidas na legislação ambiental;
- 11. exercer o poder de polícia nos casos de infração da lei ambiental e de inobservância de norma ou padrão do estabelecido;
- 12. emitir parecer sobre requerimentos de localização e funcionamento de fontes poluidoras e degradadoras dos recursos ambientais;
- 13. expedir alvarás de localização e funcionamento ou quaisquer outras licenças relacionadas ás atividades de controle ambiental;
- 14. planejar, coordenar, executar e atualizar o cadastramento de atividades econômicas degradadoras do meio ambiente e de informações ambientais do Município;
- 15. estabelecer as áreas ambientais prioritárias em que o Executivo Municipal deve atuar para manter a qualidade do meio ambiente local;
- 16. apresentar a criação de áreas de interesse para proteção ambiental, desenvolver atividades de educação ambiental e atuar na formação da consciência pública sobre a necessidade de proteger, melhorar e conservar o meio ambiente;
- 17. articular-se com os demais órgãos do Município para integração de atividades:
- 18. manter intercâmbio com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras para o desenvolvimento de planos, programas e projetos ambientais;
- 19. promover o controle da utilização, comercialização, armazenagem e transporte de produtos tóxicos e perigosos;
- 20. propor ações que visem ao desenvolvimento da atividade pesqueira no Município, em especial a piscicultura e a pesca artesanal;
- 21. buscar junto a órgãos federal e estadual recursos que garantam a geração de renda e a preservação de rios, ribeirões e afluentes;
- 22. acompanhar e avaliar a política ambiental, no que se refere à preservação, conservação, recuperação e defesa do meio ambiente, com atenção a normas e padrões ambientais e apreciação de estudos e relatórios de impacto sobre o meio ambiente:
 - 23. propor e executar:

E-mail: prefaraguatins@hotmail.com



- 23.1. as políticas do Município para o desenvolvimento do turismo;
- 23.2. a ampla divulgação do turismo;
- 24. estimular as iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;
- 25. planejar, coordenar, supervisionar e avaliar os planos e programas de incentivo ao turismo;
- 26. promover a execução das diretrizes de políticas do Município para as áreas de desenvolvimento econômico e de ciência e tecnologia;
 - 27. impulsionar a:
 - 27.1. atração e implantação de novas empresas no município;
 - 27.2. atualização tecnológica das empresas existentes na cidade;
- 27.3. realização de pesquisas científicas voltadas para melhor qualidade de vida da população;
- 28. coordenar o processo de concessões de áreas públicas para investimentos de interesse do Município;
- 29. realizar eventos com vistas ao esclarecimento e à cooperação da comunidade para preservação da natureza;

VIII – Secretaria Municipal de Saúde:

1. formular políticas de saúde pública, coordenar, executar, fiscalizar e controlar suas ações;



- 2. cuidar das ações preventivas em geral que visem à redução dos riscos de doenças e outros agravos;
 - 3. realizar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica;
- 4. promover, proteger e recuperar a saúde individual e coletiva e responsabilizar-se pela saúde ambiental;
- 5. exercer a vigilância e a proteção da saúde, especialmente quanto à educação para prevenir o uso de drogas lícitas e ilícitas;
- 6. divulgar informações sobre as ações de saúde e o acesso universal e igualitário aos serviços destinados à sua promoção, proteção e recuperação;
 - 7. prestar assistência ambulatorial e hospitalar;
- 8. promover treinamento, cursos e estágios aos estudantes e profissionais vinculados às atividades de saúde:
- 9. fomentar, no âmbito de sua atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico;
- 10. apoiar as ações e campanhas preventivas de saúde pública da União e do Estado:
- 11. auxiliar o planejamento, a organização e a gestão de sistemas e serviços de saúde e a capacitação de profissionais;
- 12. auxiliar o desenvolvimento de projetos e cooperação técnica, junto aos serviços e à comunidade, visando à implantação de sistemas de saúde, de acordo com o desenvolvimento local;

IX – Secretaria Municipal de Administração:

- 1. assegurar a orientação normativa, o controle técnico e a gestão dos sistemas administrativos de pessoal, patrimônio mobiliário e semoventes;
- 2. registrar, controlar, gerir e conceder direitos e deveres aos servidores do Poder Executivo;
- 3. recrutar, selecionar, planejar e desenvolver o pessoal do Poder Executivo;



- 4. instaurar a correição administrativa e fazer cumprir o regime disciplinar dos servidores do Poder Executivo;
- 5. supervisionar e controlar os níveis de desempenho, produtividade e eficiência dos servidores do Poder Executivo;
 - 6. administrar o Almoxarifado Central do Poder Executivo;
 - 7. gerir os serviços de telefonia, recepção e cópias;
- 8. formular, executar e coordenar a política de suprimentos, transportes internos, controle patrimonial e serviços de apoio;
- 9. propor aquisição de bens de consumo, permanentes e outros inerentes;
- 10. desenvolver e controlar o sistema administrativo de informática, com adequação e atualização de programas;
 - X Secretaria Municipal de Finanças:
- 1. planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar e avaliar as políticas públicas tributária e fiscal do Município;
 - 2. gerir:
 - 2.1. os sistemas financeiro e contábil do Tesouro do Município;
 - 2.2. as contas bancárias do Tesouro Estadual;
- 3. elaborar, coordenar e executar a programação financeira e contábil mensal e anual do Tesouro do Município;
 - 4. manter e controlar:
 - 4.1. o equilíbrio financeiro do Tesouro do Município;

3/0001-11



- 4.2. os compromissos que onerem direta ou indiretamente o Tesouro do Município;
- 5. as operações de crédito de responsabilidade direta e indireta do Município;
- 6. os sistemas de informação destinados a realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentário-financeira do Tesouro do Município;
- 7. emitir atestado e declaração de regularidade do Município quanto ao cumprimento das obrigações principais e acessórias previstas nas Constituições Federal e Estadual e na Lei de Responsabilidade Fiscal;
 - 8. desincumbir-se:
 - 8.1. da administração financeira e da contabilidade públicas;
 - 8.2. da administração das dívidas públicas;
- 8.3. das negociações econômico-financeiras com governos, organismos multilaterais e agências governamentais;
- 9. zelar pela observância dos prazos para pagamentos de encargos, repasse, contratos, mediante elaboração prévia de um cronograma financeiro;
- 10. proceder ao cadastramento de todos os imóveis urbanos e rurais construídos ou edificados, e mantê-los arquivados no cadastro técnico imobiliário;
- 11. implantar, alterar e instrumentalizar a política de arrecadação fiscal e tributária.

XI - Superintendência Municipal de Trânsito:

- implementar as diretrizes de políticas sobre o trânsito;
- 2. coordenar, realizar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, conforme competência do Município;
- 3. registrar os acidentes de trânsito ocorridos no Município e detectar suas causas;
- 4. elaborar estudos e pesquisas com vistas à redução de acidentes de trânsito;

E-mail: prefaraguatins@hotmail.com Praça Ancelmo Ferreira Guimarães s/nº, Centro, ARAGUATINS-TO. CNPJ Nº 01.237.403/0001-11



- 5. promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito;
- 6. planejar, coordenar e realizar palestras educativas em unidades escolares, em empresas e demais organizações, governamentais ou não, com vistas à plenitude da consciência cidadã em referência ao trânsito;
- 7. concepção e elaboração de material educativo em permanentes campanhas educativas e publicitárias;
- Art. 7º O HMA, o FUNPREV, o SEMUSA, as administrações distritais, os conselhos e a Guarda Municipal de Trânsito são órgãos regulamentados em normas específicas.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA OPERACIONAL

- Art. 8º Para execução das respectivas competências, os órgãos da Administração Direta contam com as seguintes estruturas operacionais:
 - I do Gabinete do Prefeito:
 - 1. Chefia de Gabinete;
 - 1.1. Assessoria de Comunicação;
 - 1.2. Assessoria de Controle Interno;
 - 1.3. Assessoria de Planejamento e Estratégias de Governo;
 - 1.4. Assessoria de Políticas Habitacionais;
 - 1.5. Assessoria Jurídica;
 - 1.6. Assessoria para Assuntos de Governo;
 - 1.7. Assessoria para Assuntos Políticos;
 - 1.8. Comissão Permanente de Licitação;
 - 1.9. Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;
 - 1.10. Junta de Serviço Militar;
 - II da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento:
 - 1. Gabinete do Secretário;
 - 1.1. Diretoria de Abastecimento;
 - 1.1.1. Divisão de Comercialização:
 - 1.1.2. Divisão de Feiras;
 - 1.2. Diretoria de Desenvolvimento Rural e de Produção Agropecuária;
 - III da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

E-mail: prefaraguatins@hotmail.com



- 1. Gabinete do Secretário:
- 1.1. Diretoria de Proteção Social Básica;
- 1.1.1. Coordenadoria do Centro de Referência de Assistência Social -

CRAS:

- 1.1.2. Divisão da Fábrica de Temperos;
- 1.1.3. Divisão da Cozinha Comunitária;
- 1.1.4. Divisão de Atenção ao Idoso;
- 1.1.5. Divisão de Benefícios de Prestação Continuada BPC;
- 1.1.6. Divisão de Benefícios Eventuais;
- 1.1.7. Divisão de Programa de Atenção ao Deficiente;
- 1.1.8. Divisão de Programas de Atenção à Criança e ao Adolescente;
- 1.1.9. Divisão do Cadastro Único CAD-ÚNICO;
- 1.1.10. Divisão do Programa de Geração de Renda;
- 1.1.11. Divisão do Pró-jovem Adolescente;
- 1.2. Diretoria de Proteção Social Especial;
- 1.2.1. Coordenadoria de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e Comunitária;
- 1.2.2. Coordenadoria do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS;
- 1.2.3. Coordenadoria do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI;
 - 1.3. Diretoria de Programas Habitacionais;
 - 1.3.1. Divisão de Cadastro de Beneficiários;
 - 1.3.2. Divisão de Projeto Técnico Social;

IV – da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- 1. Gabinete do Secretário;
- 1.1. Assessoria Pedagógica;
- 1.2. Diretoria de Apoio e Infraestrutura Educacional;
- 1.2.1. Coordenadoria da Biblioteca Municipal;
- 1.2.2. Coordenadoria de Apoio Administrativo;
- 1.2.3. Coordenadoria de Infraestrutura Escolar:
- 1.2.4. Coordenadoria de Merenda Escolar;
- 1.3. Diretoria Técnica-pedagógica;
- 1.3.1. Coordenadoria de Educação Infantil;
- 1.3.2. Coordenadoria de Ensino Fundamental 1ª fase;
- 1.3.3. Coordenadoria de Ensino Fundamental 2ª fase;
- 1.3.4. Coordenadoria de Supervisão Escolar;
- 1.3.5. Coordenadoria do Programa Educação Jovens e Adultos;
- 1.4. Diretoria de Unidades Escolares;
- 1.4.1. Coordenadoria de Apoio;
- 1.4.2. Coordenadoria de Laboratório;
- 1.4.3. Coordenadoria de Vídeo;
- 1.4.4. Coordenadoria Pedagógica;

E-mail: prefaraguatins@hotmail.com



- 1.5. Diretoria da Banda Municipal;
- 1.6. Diretoria de Cultura:
- 1.7. Diretoria de Inspeção Escolar;
- 1.8. Diretoria de Manutenção e Conservação de Prédios e Transporte

Escolar:

- 1.8.1. Divisão de Manutenção e Conservação de Prédios Escolar;
- 1.8.2. Divisão de Transporte Escolar;
- 1.9. Diretoria de Orientação Educacional;

V – da Secretaria Municipal de Infraestrutura:

- Gabinete do Secretário;
- 1.1. Diretoria de Obras Públicas:
- 1.1.1. Divisão de Manutenção de Estradas Vicinais;
- 1.1.2. Divisão de Obras Civis;
- 1.2. Diretoria de Serviços Públicos;
- 1.2.1. Divisão de Urbanização;
- 1.2.2. Divisão de Iluminação Pública;
- 1.3. Diretoria de Transportes e Manutenção de Máquinas e Equipamentos;

VI – da Secretaria Municipal de Juventude e Esporte:

- 1. Gabinete do Secretário;
- 1.1. Diretoria de Esporte;
- 1.1.1. Divisão de Esporte Amador;
- 1.1.2. Divisão de Esporte Escolar.
- 1.1.3. Divisão de Esportes Olímpicos;
- 1.2. Diretoria de Programas e Projetos;

VII – da Secretaria Municipal de Saúde:

- 1. Gabinete do Secretário;
- 1.1. Assessoria de Planejamento de ações em Saúde;
- 1.2. Diretoria de Vigilância em Saúde;
- 1.2.1. Coordenadoria do PACS/PSF;
- 1.2.1.1. Divisão de Agendamento de Especialidade;
- 1.2.1.2. Divisão de Farmácia e Almoxarifado;
- 1.2.1.3. Divisão de Imunização;
- 1.2.2. Coordenadoria Odontológica;
- 1.2.3. Coordenadoria de Unidades Básica de Saúde;
- 1.2.4. Coordenadoria do Centro de Atenção Psicossocial CAPS;
- 1.3. Diretoria de Vigilância Epidemiológica;
- 1.3.1. Divisão de Endemias:
- 1.3.2. Divisão de Informação, Educação e Comunicação;
- 1.4. Diretoria de Vigilância Sanitária;
- 1.4.1. Divisão de Fiscalização Alimentar;

E-mail: prefaraguatins@hotmail.com



1.4.2. Divisão de Fiscalização de Medicamentos;

VIII – da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Turismo:

- 1. Gabinete do Secretário;
- 1.1. Diretoria de Apoio à Agroindústria
- 1.2. Diretoria de Desenvolvimento Sustentável;
- 1.2.1. Divisão de Pesca e Aquicultura;
- 1.2.2. Divisão de Saneamento Ambiental;
- 1.3. Diretoria de Controle Ambiental;
- 1.3.1. Divisão de Fiscalização Ambiental;
- 1.3.2. Divisão de Licenciamento Ambiental;
- 1.4. Diretoria de Educação Ambiental;
- 1.5. Diretoria de Elaboração de Projeto e Captação de Recursos;
- 1.6. Diretoria de Fiscalização de Posturas e Limpeza Urbana;
- 1.6.1. Divisão de Fiscalização de Posturas;
- 1.6.2. Divisão de Limpeza Pública;
- 1.6.3. Divisão de Parques e Jardins;
- 1.7. Diretoria de Indústria e Comércio;
- 1.8. Diretoria de Turismo;

IX – da Secretaria Municipal de Administração:

- Gabinete do Secretário;
- 1.1. Diretoria de Administração;
- 1.1.1. Divisão de Almoxarifado;
- 1.1.2. Divisão de Controle e Custos;
- 1.1.3. Divisão de Patrimônio;
- 1.2. Diretoria de Cadastro Imobiliário e Tributos;
- 1.2.1. Divisão de Arrecadação;
- 1.2.2. Divisão de Cadastro Imobiliário;
- 1.2.3. Divisão de Fiscalização;
- 1.3. Diretoria de Convênios e Prestação de Contas;
- 1.3.1. Divisão de Convênios;
- 1.3.2. Divisão de Prestação de Contas;
- 1.4. Diretoria de Gestão Profissional;
- 1.4.1. Divisão de Folhas e Salários;
- 1.4.2. Divisão de Protocolo;
- 1.5. Diretoria de Informática e Modernização;

X – da Secretaria Municipal de Finanças:

- 1. Gabinete do Secretário;
- 1.1. Diretoria de Finanças;
- 1.1.1. Divisão de Administração Financeira;

E-mail: prefaraguatins@hotmail.com



- 1.1.2. Divisão de Contas a Pagar e Controle de Créditos;
- 1.2. Diretoria de Contabilidade e de Execução Orçamentária.
- XI da Superintendência Municipal de Trânsito:
- 1. Gabinete do Superintendente;
- 1.1. Guarda Municipal de Trânsito;
- **Art.** 9º Os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas dos órgãos da Administração Direta, as denominações, os símbolos, os quantitativos e as respectivas remunerações, são os estabelecidos nos Anexos I, II e III a esta Lei.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 10. São Secretários Municipais, remunerados por subsídio, na conformidade da legislação específica, os titulares das Secretarias.

Parágrafo único. Suprimido.

- Art. 11. As funções gratificadas são atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, preferencialmente dos quadros do município.
- Art. 12. Vinte por cento é o mínimo dos cargos de provimento em comissão, em nível de assessoria, a serem ocupados pelos servidores públicos municipais efetivos.

Art. 13. Cabe ao Prefeito:

- I promover o ajustamento funcional dos cargos com nomenclaturas e remunerações alteradas;
- II proceder ao remanejamento dos recursos necessários à execução desta Lei.
- **Art. 14.** As despesas oriundas da aplicação desta Lei correm à conta de dotações próprias, consignadas no orçamento e suplementadas se necessário.
 - Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

1.237.403/0001-11



Art. 16. Revogam-se as Leis 916, de 02 de maio de 2006, 948, de 13 de dezembro de 2007, e 1.014, de 10 de junho de 2010.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUATINS, Estado do Tocantins, aos 23 días do mês de dezembro de 2011.

FRANCISCO DA ROCHA MIRANDA Prefeito Municipal

> CAIRO VONTILHO DA SILVA SOUSA Secretário Interino Municipal de Administração



ANEXO I À LEI Nº 1067, de 23 de dezembro de 2011.

Denominações, Símbolos* e Quantitativos dos Cargos de Provimento em Comissão e das Funções Gratificadas da Administração Direta do Poder Executivo

DENOMINAÇÕES DOS CARGOS	SÍMBOLOS	QUANTITATIVOS
Secretário-chefe do Gabinete do Prefeito		1
Secretário Municipal		9
Chefe da Assessoria de Comunicação	DS-1	1
Chefe da Assessoria de Controle Interno	DS-1	1
Chefe da Assessoria de Planejamento e Estratégias		
de Governo	DS-1	1
Chefe da Assessoria de Políticas Habitacionais	DS-1	1
Chefe da Assessoria Jurídica	DS-1	2
Chefe da Assessoria para Assuntos de Governo	DS-1	1
Chefe da Assessoria para Assuntos Políticos	DS-1	1
Presidente da Comissão Permanente de Licitação	DS-1	1
Coordenador Municipal de Defesa Civil	DS-1	1
Chefe da Junta de Serviço Militar	DS-1	1
Superintendente Municipal de Trânsito	DS-1	1
Diretor	DS-2	37
Chefe de Assessoria	DAS-1	2
Coordenador	DAS-1	20
Chefe de Divisão	DAS-2	49
Assessor de Gabinete I	DAS-3	2
Assessor de Gabinete II	DAS-4	4
Assessor de Gabinete III	DAS-5	6

ANEXO II À LEI Nº 1067, de 23 de dezembro de 2011.

Tabela de Funções Gratificadas da Administração Direta do Poder Executivo

DENOMINAÇÕES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS	SIMPOLOS	OLIANITITATIVA CO
Função Gratificada 1	SIMBOLOS	QUANTITATIVOS
	FG-1	12
Função Gratificada 2	FG-2	
Função Gratificada 3		10
	FG-3	8
Função Gratificada 4	FG-4	7
	101	1

^{*}Significados dos símbolos: DS – Direção Superior; DAS – Direção e Assessoramento Superiores e FG – Função Gratificada.



ANEXO III À LEI Nº 1067, de 23 de dezembro de 2011.

Tabelas de Remunerações dos Cargos de Provimento em Comissão e das Funções Gratificadas da Administração Direta do Poder Executivo

1. Cargos de Provimento em Comissão:

SÍMBOLOS	VENCIMENTOS	GRATIFICAÇÕES	TOTAL
DS-1	R\$ 1.290,00	R\$ 860,00	R\$ 2.150,00
DS-2	R\$ 1.096,20	R\$ 730,80	R\$ 1.827,00
DAS-1	R\$ 931,20	R\$ 620,80	R\$ 1.552,00
DAS-2	R\$ 791,40	R\$ 527,60	R\$ 1.319,00
DAS-3	R\$ 672,60	R\$ 448,40	R\$ 1.121,00
DAS-4	R\$ 571,20	R\$ 380,80	R\$ 952,00
DAS-5	R\$ 485,40	R\$ 323,60	R\$ 809,00

2. Funções Gratificadas:

SÍMBOLOS	VALORES DAS GRATIFICAÇÕES
FG-1	R\$ 200.00
FG-2	R\$ 300,00
FG-3	R\$ 400,00
FG-4	R\$ 500,00

